ISSN: 2358-8829

O PAPEL DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO INTEGRAL: UMA EXPERIÊNCIA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO

Vivianne Ribeiro Duarte [1]
Handherson Leyltton Costa Damasceno [2]

INTRODUÇÃO

A oralidade é uma prática social que se constitui através das interações humanas e participa da expressão de ideias, da construção de conhecimentos e da atuação dos sujeitos em diferentes esferas da vida. No Ensino Médio Integrado (EMI), seu desenvolvimento assume relevância particular, pois os estudantes precisam comunicar-se em diversas atividades acadêmicas e em situações do mundo do trabalho, como seminários, apresentações de projetos, entrevistas de estágio, de emprego e defesa de ideias. Entretanto, a fala em público pode ser acompanhada de insegurança, nervosismo e medo de julgamento, sobretudo quando a escola não oferece oportunidades planejadas e progressivas para aprender a falar em público, expressando suas ideias com clareza e autonomia.

A pesquisa que fundamenta este trabalho surgiu da observação de dificuldades vivenciadas por estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras, especialmente no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (INTIN). A análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) identificou que, embora o documento valorize a formação integral e mencione metodologias de ensino, não explicita a oralidade como prática pedagógica a ser sistematicamente desenvolvida. No plano de disciplina de Língua Portuguesa, são listados gêneros escritos, como relatório, carta, crônica, resumo, resenha e fichamento, sem previsão explícita de gêneros próprios da modalidade oral (IFPB, 2022).

[1] Mestra pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (PROFEPT - IFSertãoPE) – Campus Salgueiro. Cajazeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: vivianne.ribeiro@aluno.ifsertao-pe.edu.br;
[2] Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Salgueiro, Pernambuco, Brasil. E-mail: handherson.damasceno@ifsertao-pe.edu.br.

ISSN: 2358-8829

Diante desse cenário, o objetivo foi analisar de que maneira a inserção da oralidade no currículo, especialmente no componente de Língua Portuguesa, pode contribuir para a formação integral dos estudantes do Ensino Médio do IFPB – Campus Cajazeiras. O estudo identificou desafios enfrentados por estudantes, examinou as percepções de docentes e discentes e subsidiou a elaboração de um Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado. Parte-se da compreensão de que a oralidade não deve ser tratada como atividade ocasional ou exclusiva de uma disciplina, mas como dimensão formativa que pode atravessar diferentes componentes curriculares.

MATERIAIS E MÉTODOS

A investigação adotou abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, articulando pesquisa bibliográfica, documental e de campo, configurada como estudo de caso. O contexto foi o IFPB – Campus Cajazeiras, com foco na turma do 1º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Participaram 14 docentes que atuavam diretamente com a turma e 24 estudantes entrevistados. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, voltadas às percepções dos participantes sobre a presença da oralidade no currículo, seus desafios, as práticas pedagógicas, as dificuldades de expressão oral e a relevância dessa competência para a formação acadêmica, social e profissional dos estudantes.

Também foi realizada análise documental do PPC do curso, com atenção à presença de objetivos, conteúdos e propostas metodológicas relacionadas à oralidade. Os dados das entrevistas foram examinados com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2016), compreendendo pré-análise, exploração do material, categorização temática e interpretação. A pesquisa foi submetida à apreciação de Comitê de Ética em Pesquisa e aprovada conforme parecer consubstanciado nº 7.456.571. Para preservar a identidade dos participantes, as falas são identificadas por códigos genéricos de professor e aluno.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão considera a oralidade como prática social e discursiva que se desenvolve em situações concretas de interação. Marcuschi (2010) compreende oralidade

ISSN: 2358-8829

e escrita em relação de continuum, afastando uma oposição rígida entre essas modalidades. Assim, valorizar a fala não significa diminuir a importância da escrita, mas reconhecer que ambas possuem usos, características e contextos próprios e complementares e não podem ser tratadas de forma polarizada. Na escola, a oralidade requer planejamento didático, objetivos explícitos e oportunidades de reflexão sobre as escolhas linguísticas, discursivas e corporais envolvidas na comunicação.

Schneuwly e Dolz (2004) defendem que os gêneros orais sejam tomados como objetos de ensino, para que os estudantes aprendam a produzir discursos adequados a diferentes situações comunicativas. Nessa perspectiva, seminários, debates, entrevistas, apresentações e exposições não devem ser solicitados apenas como formas de avaliação de conteúdos: é necessário ensinar a planejar a fala, organizar argumentos, considerar o interlocutor, utilizar recursos expressivos e praticar a escuta, de forma a vencer o medo tão comum entre os jovens, o medo de falar em público. Magalhães e Callian (2021) também apontam a necessidade de ressignificar o lugar da oralidade nos currículos, superando sua abordagem secundária ou implícita nas atividades didáticas.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a oralidade se relaciona à formação integral e omnilateral dos estudantes, que não se restringe à aprendizagem de competências técnicas individuais, na formação de profissionais em várias dimensões, aptos a apresentar, defender suas ideias com autonomia e criatividade. Ciavatta (2014) discute a formação integrada como horizonte que articula dimensões do trabalho, da ciência e da cultura. Nessa direção, comunicar ideias, argumentar, dialogar e participar de decisões são capacidades relevantes tanto para a vida cidadã quanto para o exercício profissional. O ensino sistemático da oralidade pode contribuir para que os estudantes se apropriem de conhecimentos e se expressem com autonomia em situações reais, sem reduzir a formação escolar às exigências imediatas do mercado de trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das entrevistas com os 14 docentes evidenciou quatro aspectos recorrentes: a invisibilidade da oralidade no currículo; a ausência de formação docente específica para o trabalho com gêneros orais; o reconhecimento de sua importância no mundo do trabalho; e a percepção de seu potencial pedagógico. Os professores

ISSN: 2358-8829

reconhecem a relevância da comunicação oral, mas relatam que as práticas costumam ocorrer de maneira pontual, especialmente em apresentações de trabalhos, sem uma proposta curricular sistemática. Como sintetizou um dos participantes: “A gente foca muito na produção textual, produção escrita mesmo, a oralidade geralmente fica para apresentação de trabalhos” (Professor 7).

Os relatos também indicaram que o PPC oferece poucas orientações explícitas para o desenvolvimento da oralidade e que a formação continuada sobre o ensino dos gêneros orais é limitada. Essa lacuna pode deixar o professor sem subsídios para transformar atividades como seminários e júris simulados em situações de aprendizagem planejadas. Os docentes sugeriram oficinas temáticas, projetos interdisciplinares, integração entre áreas, atenção aos aspectos emocionais da comunicação e disponibilização de recursos para apresentações. Ao mesmo tempo, destacaram que a comunicação oral influencia o desempenho em entrevistas, apresentações de projetos e outras situações de seleção ou atuação profissional, inclusive na área de Informática, especialmente porque os alunos dos cursos técnicos desenvolvem projetos e serviços para o mundo do trabalho e precisam saber apresenta-los de forma clara e explícita.

As entrevistas com 24 estudantes corroboraram a percepção de que a escrita recebe atenção mais sistemática do que a oralidade. Os participantes expressaram desejo de realizar mais apresentações e debates e de receber orientações para aprender a oralidade. Um estudante afirmou que “a escrita é bem mais explorada em comparação com a oralidade” e sugeriu oficinas para aprender a apresentar trabalhos e falar em público (Aluno 3). Além da percepção de que a oralidade deva ser mais explorada no ensino médio, surgiram relatos de nervosismo, ansiedade, lapsos de memória, desconforto e receio de julgamento durante situações de exposição da fala pública. Esses relatos reforçam que o desenvolvimento da oralidade envolve dimensões discursivas e emocionais e exige práticas progressivas em ambiente acolhedor.

Os estudantes também reconhecem a utilidade da oralidade para a vida acadêmica, profissional e pessoal. A comunicação é associada à possibilidade de apresentar projetos, participar de entrevistas, interagir com outras pessoas e explicar conhecimentos. A convergência entre as falas de professores e estudantes evidencia um descompasso: a oralidade é considerada importante, mas não ocupa lugar suficientemente explícito e sistemático no planejamento curricular. Os achados dialogam com Schneuwly e Dolz

(2004), para quem o ensino dos gêneros orais precisa ir além das interações espontâneas e possibilitar o desenvolvimento consciente das capacidades de produção e escuta.

Como resposta às demandas identificadas, foi elaborado o Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado, organizado em oficinas que articulam teoria e prática e destinado a docentes de Língua Portuguesa e de outras áreas. O material reúne propostas para trabalhar aspectos verbais e não verbais da comunicação, planejamento discursivo, argumentação, apresentação oral e interação com o público, com perspectiva interdisciplinar e contextualizada. Na avaliação docente, o guia recebeu aprovação de 100% quanto à clareza e organização e à pertinência das propostas; sobre a contribuição para a prática docente, 92,3% responderam que contribui muito e 7,7% que contribui parcialmente. As sugestões de aprimoramento foram incorporadas ao material.

A oficina aplicada a 33 estudantes do 1º INTIN, intitulada “Apresentações técnicas: expressando saberes com clareza e confiança”, abordou organização da fala, postura, gestos, contato visual, interação com o público, preparação prévia e estratégias para lidar com a insegurança. Na atividade prática, os estudantes foram convidados a apresentar-se, destacando quem eram, suas habilidades e seus objetivos profissionais. Na avaliação, 78,1% consideraram o conteúdo muito claro e útil; 78,1% afirmaram que a atividade prática ajudou muito a compreender os conceitos; 71,9% avaliaram a oficina como excelente e 78,1% afirmaram que a recomendariam com certeza. Ao mesmo tempo, 37,5% relataram algum nível de insegurança para participar, demonstrando que a aprendizagem da oralidade é gradual e demanda continuidade, acolhimento e oportunidades recorrentes como prática pedagógica.

Esses resultados devem ser compreendidos no contexto específico da pesquisa, sem generalização automática para outras instituições. Ainda assim, apontam a pertinência de integrar a oralidade ao currículo e de oferecer suporte pedagógico tanto a estudantes quanto a professores. O guia constitui uma possibilidade concreta de intervenção, mas sua consolidação depende de planejamento institucional, articulação entre componentes curriculares e continuidade das ações formativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a oralidade permanece secundarizada no currículo investigado, apesar de ser reconhecida por docentes e estudantes como importante para a formação acadêmica, social e profissional. A análise documental e as entrevistas apontaram a presença limitada de orientações explícitas no PPC, a predominância de atividades escritas, a falta de formação docente específica e as dificuldades emocionais e discursivas enfrentadas pelos estudantes em situações de fala pública. Os resultados reforçam que a oralidade precisa ser ensinada de modo intencional, progressivo e articulado à escrita, não apenas solicitada em apresentações avaliativas.

O Guia Didático de Práticas de Oralidade para o Ensino Médio Integrado foi desenvolvido como contribuição pedagógica para apoiar esse processo. Sua avaliação por professores e estudantes indicou boa aceitação e potencial formativo, ao mesmo tempo que revelou a necessidade de continuidade das práticas para atender aos diferentes níveis de segurança dos alunos. Conclui-se que a oralidade deve ser compreendida como eixo transversal do currículo integrado, cuja promoção pode favorecer autonomia, argumentação, participação crítica e preparação para situações do mundo do trabalho. Recomenda-se ampliar iniciativas interdisciplinares e desenvolver novas pesquisas sobre a implementação continuada de práticas orais em diferentes componentes curriculares e contextos da EPT.

Palavras-chave: Currículo. Educação Profissional e Tecnológica. Ensino Médio Integrado. Oralidade.

AGRADECIMENTOS

À comunidade acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), aos professores e estudantes do IFPB – Campus Cajazeiras que contribuíram com a pesquisa e ao meu orientador Dr. Handherson Leyltton Costa Damasceno, pelas valorosas contribuições ao desenvolvimento desta pesquisa.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

IFPB. Resolução 54-2022. Plano Político Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Informática. João Pessoa:
IFPB, 2022. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/ano-2022/resolucoes-aprovadas-pelo-colegiado/resolucao-54-2022-ppc-anexo.pdf/view. Acesso em: 1 mar. 2024.

MAGALHÃES, T. G.; CALLIAN, G. R. Concepções do ensino de oralidade em uma proposta curricular de língua portuguesa: anos iniciais. Educação em Foco, v. 26, n. especial 03, e26074, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/36349. Acesso em: 22 abr. 2024.

MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004.